



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

**1. Informações gerais**

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva da Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2016, a MRS estava em dia com o cumprimento das metas citadas acima.

A Administração da Companhia informa que parte relevante do capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2016 refere-se a vencimentos de dívida concentrados no segundo semestre de 2017. Entende, ainda, que este cenário será administrado ao longo do ano em função da forte geração de caixa oriunda de suas atividades operacionais, bem como mediante novas captações de recursos de longo prazo, via instituições financeiras ou mercado de capitais local, já previstas pela Companhia, conforme melhor detalhado na Nota 19.

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2017.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1 Base de preparação das demonstrações contábeis**

**(a) Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

**(b) Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo que determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) estão mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa 3.

**2.2 Reapresentação das cifras comparativas****(a) Correção de erros**

Em 2016, foram efetuadas alterações na demonstração dos fluxos de caixa, visando uma melhor apresentação de acordo com a norma contábil "CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa", conforme elencado a seguir:

- Alteração do critério de saldo de partida do Lucro líquido do exercício para o Lucro antes dos impostos com consequente adequação dos efeitos do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social (CSLL) corrente e diferido;
- Ajuste da linha de fornecedores desconsiderando como atividade de investimento os valores ainda não pagos referentes à compra de imobilizado, e;
- Apresentação dos recursos provenientes da alienação de bens do ativo imobilizado nas atividades de investimento.

A demonstração dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2015, apresentada para fins de comparação, foi ajustada e está sendo reapresentada.

**(b) Efeitos da reapresentação**

	31 de dezembro de 2015		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	1.159.949	(68.194)	1.091.755
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(861.748)	68.194	(793.554)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	108.339	-	108.339
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>406.540</b>	<b>-</b>	<b>406.540</b>

**2.3 Apresentação de informações por segmentos**

Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As

operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

## **2.4 Conversão de moeda estrangeira**

### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua "a moeda funcional". Desta forma, as demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$).

### **(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, bem como outros ganhos e perdas cambiais, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

## **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

## **2.6 Ativos financeiros**

### **2.6.1 Classificação e mensuração inicial**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem contas a receber, partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, além dos ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para instrumentos que sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

### **2.6.2 Mensuração subsequente**

A mensuração dos ativos financeiros depende da classificação, que pode ser da seguinte forma:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

**(i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Após reconhecimento inicial os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de contabilidade de *hedge* definidos pelo CPC 38.

**(ii) Empréstimos e recebíveis**

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem Contas a receber de clientes e Partes relacionadas, Outros recebíveis, Caixa e equivalentes de caixa e Caixa restrito.

Estas contas a receber, normalmente, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos sem perspectiva de recebimento.

**2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.6.4 Impairment de ativos financeiros**

**Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de que se tenha incorrido em perda no valor recuperável.

A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de perda no valor recuperável de um ativo financeiro utilizando os seguintes critérios:

- dificuldade financeira do emissor ou tomador;
- quebra de contrato, tal como descumprimento ou atraso nos pagamentos;
- probabilidade do devedor entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira.

O valor da perda por *impairment* corresponde à diferença entre a quantia contabilizada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. O montante da perda é reconhecido no resultado do exercício.

Se em período posterior, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda do valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

## **2.7 Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A partir de 1º de abril de 2016, a Companhia optou por aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) para um determinado *swap* que protege uma dívida em dólar com juros fixos, de acordo com estratégia de Gestão de Riscos e de contratação de *Hedges*.

A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *Hedge* de Valor Justo após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*.

A partir da designação do *swap* para *Hedge* de Valor Justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no Resultado Financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no Passivo como contrapartida no Resultado Financeiro.

## **2.8 Contas a receber de clientes e partes relacionadas**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de carga e partes relacionadas no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

## **2.9 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado, que não excede os valores líquidos de realização. Provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

## **2.10 Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização,

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

---

conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano. A parcela referente ao adiantamento da concessão é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

## **2.11 Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação/amortização acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ao término da concessão, os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a concessão poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme previsão expressa na cláusula décima sexta do Contrato de concessão.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos. Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos são:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2016**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

<b>Grupos de ativos</b>	<b>%</b>	<b>Vida útil média (em anos)</b>
<b>Bens imóveis</b>		
Benfeitorias em via permanente	9,09	11
Benfeitorias em imóveis arrendados	4,00	25
<b>Locomotivas</b>		
Locomotivas diesel	3,33	30
Locomotivas elétricas	4,17	24
Locomotivas usadas	8,33	12
Benfeitorias úteis em locomotivas	12,50	8
Vida útil média dos principais componentes	12,50	8
<b>Vagões</b>		
Vagões	3,33	30
Benfeitorias úteis em vagões	10,00	10
Vida útil média dos principais componentes	16,67	6
<b>Outros</b>		
Esmerilhadora, carro de controle, equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## **2.12 Impairment de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para avaliação dos ativos não financeiros é utilizada pela administração a metodologia da rentabilidade futura para a unidade geradora de caixa considerada, e assim determinar o valor em uso dos ativos da Companhia. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

## **2.13 Contas a pagar a fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.



## **2.14 Passivos financeiros**

### **2.14.1 Classificação e mensuração inicial**

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, debêntures e perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos.

### **2.14.2 Mensuração subsequente**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### **(i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

São classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de liquidação no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa definidos pelo CPC 38.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **(ii) Outros passivos financeiros**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os “Outros passivos financeiros” da Companhia compreendem fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

## **2.15 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

---

eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo do imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

## **2.17 Benefícios a empregados**

### **Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego**

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia concede também benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

### **Benefício de curto prazo - participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

## **2.18 Arrendamentos mercantis**

A Companhia classifica seus contratos como arrendamento mercantil financeiro ou operacional com base na essência da operação contratada, que leva em consideração de quem são os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens objetos do contrato, ao longo de sua vida útil.

Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo ou despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

## **2.19 Arrendamentos e concessões**

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente dos contratos de concessão e arrendamento. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão,



**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2016**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a Companhia e seus clientes.

**2.20 Capital social**

O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.

**2.21 Reconhecimento da receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receitas:

**Prestação de serviço de transporte**

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas são transportadas, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

**Receitas financeiras**

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros e variações monetárias e cambiais sobre aplicações financeiras, adiantamentos a fornecedores, contas a receber de clientes e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

**Outras receitas operacionais**

As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

**2.22 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A.s somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

**3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

---

estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

**(a) Imposto de renda, contribuição social e outras provisões de créditos fiscais**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo e nível prováveis de lucros tributáveis futuros.

**(b) Benefícios pós emprego**

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

O plano de previdência complementar é de contribuição definida o qual não requer premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

**(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**(d) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais**

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, as mesmas são ajustadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

**(e) Cálculo da depreciação, amortização e avaliação de *impairment* do ativo imobilizado e intangível**

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizado incluem as estimativas da vida útil econômica dos principais ativos da Companhia, a qual é revisada periodicamente.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizado. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**4. Normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada dessas normas não é permitida no Brasil pelo CPC.

- **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**, o objetivo deste pronunciamento é estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, partindo do princípio básico de que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e, embora não tenha concluído a avaliação detalhada dos seus efeitos, a Companhia não espera impactos significativos trazidos pela mesma.
- **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de *hedge*. A Companhia ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de *impairment* serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar possíveis reconhecimentos de perdas.

- **IFRS 16 - "Leases"**, essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. Ela entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Apesar dos impactos ainda não terem sido mensurados, a Companhia entende que essa nova norma trará efeitos relevantes na situação patrimonial com o possível reconhecimento do passivo de arrendamento e do direito de uso do ativos arrendados junto ao Poder Concedente, vide nota 21.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	<b>23.530</b>	<b>2.127</b>
Aplicações financeiras no país		
CDB	84.514	59.872
Operações compromissadas	188.055	565.626
	<b>272.569</b>	<b>625.498</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.5</b>	<b>627.625</b>

As aplicações financeiras estão lastreadas em títulos emitidos por bancos no Brasil e possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira.

Essas aplicações são em CDB e operações compromissadas lastreadas em debêntures, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 100,00% e 102,80%.

A redução de R\$331.526, deve-se, basicamente, ao menor volume de captações no exercício, bem como ao maior volume de amortizações, incluindo a liquidação da dívida em dólar americano.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras está descrito na Nota 19.

**6. Caixa restrito**

O caixa restrito refere-se à aplicação financeira vinculada a parcela de curto prazo dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), relativos ao Financiamento a Empreendimentos (FINEM) e ao Documento de Utilização do Limite de Crédito (DULC), sendo parte da garantia da operação.

Esta aplicação, no montante de R\$49.065 (R\$43.850 em 2015), está lastreada em debêntures (operação compromissada realizada com bancos no Brasil) com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado****7. Contas a receber de clientes**

		<b>2016</b>	<b>2015</b>
Cientes no país	<b>(a)</b>	29.825	75.039
Provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	<b>(b)</b>	(1.106)	(51.793)
		<b>28.719</b>	<b>23.246</b>

(a) Referem-se, basicamente, aos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem a receber de clientes que não são partes relacionadas.

(b) Conforme foi publicado nas Demonstrações Contábeis de 2014, a Companhia provisionou a perda da totalidade do valor a receber da empresa MMX Sudeste Mineração S.A., referente ao faturamento de cargas de 2014 e *take or pay* de 2013. Em 2 de outubro de 2015 a Companhia publicou fato relevante informando que foi homologado, por tribunal arbitral, acordo referente ao litígio da Companhia com a MMX Sudeste Mineração S.A. – em recuperação judicial (“MMX Sudeste”) e com a MMX Mineração e Metálicos S.A (“MMX Metálicos”). O referido acordo foi habilitado na recuperação judicial da MMX Sudeste. Em 28 de outubro de 2016, a Companhia decidiu pela renúncia do direito ao recebimento de proporção de 49% da UPI Operação Minerária e dos *royalties* conforme estava previsto no plano de recuperação judicial, mantendo apenas o direito ao crédito do valor do Produto Líquido de Venda das UPI's. Adicionalmente, a Companhia informa que o valor referente ao Produto Líquido de Venda foi integralmente quitado em 9 de novembro de 2016 no valor de R\$21.628, mediante as decisões tomadas, as mesmas foram refletidas nas demonstrações contábeis de 2016 com a reversão da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD constituída em 2014, sendo parte com a quitação (recebimento) do valor de R\$21.628 e o restante sendo baixado como perda definitiva.

**8. Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, informados nesta Nota, são relativos a operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de penalidades por não execução dos volumes anuais programados, assim como ocorre com os demais clientes cativos.

Além dos contratos de serviços transporte ferroviário de carga, a Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas e manutenção em material rodante.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

**- Ativo**

	<b>Contas a receber</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Vale S.A.	66.000	90.882
Companhia Siderúrgica Nacional	25.842	27.185
Mineração Usiminas S.A. (a)	186.178	31.908
Nacional Minérios S.A. (b)	-	3.831
CSN Mineração S.A. (b)	9.935	16.701
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	3.859	20.927
Gerdau S.A.	105	2.875
Gerdau Açominas S.A.	2.329	3.462
Gerdau Aços Longos S.A.	258	992
Ferrovia Centro Atlântica (c)	4.241	946
	<b>298.747</b>	<b>199.709</b>
Circulante	144.115	199.709
Não Circulante	154.632	-

(a) Em 22 de janeiro de 2016, foi celebrado aditivo contratual entre a MRS, Mineração Usiminas S.A. "MUSA" e Usiminas através do qual as partes suspenderam por tempo indeterminado a execução dos contratos de transporte de minério de ferro. A MUSA assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados em expansão de capacidade para atendimento à demanda contratada a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos até então firmados. O valor será pago em 10 parcelas anuais de R\$31.546 perfazendo um total de R\$315.460, sem atualização. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$186.178 em 31 de dezembro de 2016 sendo, R\$31.546 no circulante e R\$154.632 no não circulante. Em janeiro de 2017, a Companhia recebeu o montante de R\$ 31.546.

(b) Vide Nota 24 (a).

(c) Do valor de R\$4.241, R\$2.843 refere-se a valores a receber a título de reembolso por investimento compartilhado em terminais ferroviários na Baixada Santista, conforme Termo de Compromisso nº 001/2016 celebrado entre a MRS, ALL -América Latina Logística Malha Paulista S.A. e Ferrovia Centro Atlântica S.A.

Conforme mencionado na Nota 18, a Companhia possui contrato de recebível com partes relacionadas dado como garantia a empréstimos.

O prazo médio de recebimento do contas a receber com partes relacionadas é inferior a 20 dias.

## MRS Logística S.A.



### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

#### - Passivo

	Passivo com partes relacionadas		Dividendos a pagar	
	2016	2015	2016	2015
Vale S.A.	-	14	10.364	7.342
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	-	-	33.338	23.617
Companhia Siderúrgica Nacional	1.245	18.024	18.722	13.263
CSN Mineração S.A.	93	-	18.733	5.873
Nacional Minérios S.A.	-	-	-	7.398
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	17	19	-	-
Gerdau S.A.	828	96	1.245	882
Gerdau Açominas S.A.	5	-	-	-
Usiminas Participações e Logística S.A.	-	-	10.580	7.495
Gerdau Aços Longos S.A.	77	599	-	-
Ferrovia Centro Atlântica (d)	17.069	214	-	-
Outros	-	-	6.279	4.528
	<b>19.334</b>	<b>18.966</b>	<b>99.261</b>	<b>70.398</b>
Circulante	3.031	18.966	99.261	70.398
Não Circulante	16.303	-	-	-

(d) O valor de R\$17.069 (R\$766 no passivo circulante e R\$16.303 no passivo não circulante) refere-se, basicamente, a valores a serem reembolsados à Ferrovia Centro Atlântica pela execução do Projeto das Linhas 7 e 9 do Pátio de Areais, conforme Termo de Compromisso nº 001/2015, firmado entre a MRS e a Ferrovia Centro Atlântica.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

**- Resultado**

	<b>Receita de serviços (e)</b>		<b>Outras receitas operacionais</b>		<b>Receitas financeiras</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Vale S.A. (f)	1.682.315	1.607.675	30.992	271	-	-
Companhia Siderúrgica Nacional (g)	243.070	673.489	16.325	4.680	1.040	344
Mineração Usiminas S.A. (h)	16.971	104.031	164.626	3	23.221	-
CSN Mineração S.A.	639.063	39.174	3.673	-	460	-
Nacional Minérios S.A.	-	98.814	-	1.425	-	247
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	114.231	117.858	-	195	-	-
Gerdau S.A.	1.230	4.065	1.048	597	2	-
Gerdau Açominas S.A.	106.635	81.203	1.436	198	21	-
Gerdau Aços Longos S.A.	8.247	18.194	11.665	14.589	15	-
Ferrovia Centro Atlântica	36.763	31.725	407	-	-	-
VLI Multimodal	772	1.543	19	-	-	-
Companhia Metalúrgica Prada	15	247	-	-	-	-
CSN Cimentos S.A.	-	10.639	-	95	-	-
Confab Industrial S.A.	110	679	-	-	-	-
Sepetiba Tecon S.A.	-	-	11	-	-	-
Usiminas Mecânica	-	-	2	-	-	-
					-	-
	<b>2.849.422</b>	<b>2.789.336</b>	<b>230.204</b>	<b>22.053</b>	<b>24.759</b>	<b>591</b>

(e) Apresentada bruta de impostos.

(f) Em outubro de 2016, a Companhia registrou em “Outras receitas operacionais” a realização de parte do contrato firmado com a Vale S.A. referente a venda de 23 locomotivas. Até 31 de dezembro de 2016 foram entregues 6 locomotivas, sendo que o valor desta venda foi de R\$29.515. O valor remanescente de R\$1.477 refere-se à venda de materiais para manutenção desses ativos.

(g) O valor de R\$17.365, contabilizado como “Outras receitas” e “Receitas financeiras”, é basicamente referente a indenização para compensação de investimentos realizados para atendimento à demanda contratada a fim de garantir o equilíbrio econômico do contrato.

(h) O valor de R\$187.847, contabilizado como “Outras receitas” (R\$164.626) e “Receitas financeiras” (R\$23.221), refere-se ao reconhecimento da suspensão do contrato mencionado na letra (a) desta mesma nota.

	<b>Outras despesas operacionais</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Vale S.A.	104	-
Companhia Siderúrgica Nacional	62	18.000
Gerdau Açominas S.A.	635	-
Gerdau Aços Longos S.A.	1.543	-
Ferrovia Centro Atlântica	7.250	6.517
Sepetiba Tecon S.A.	830	-
	<b>10.424</b>	<b>24.517</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

***Pessoal chave da administração***

A remuneração devida/paga ao pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, está demonstrada a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<u>Benefícios de curto prazo</u>		
Honorários e encargos	5.602	5.019
Bônus	5.598	5.405
Outros benefícios	214	101
<u>Benefícios pós emprego</u>		
Planos de previdência	343	218
<u>Outros benefícios de longo prazo</u>		
Incentivos de longo prazo	11.655	6.349
	<b>23.412</b>	<b>17.092</b>

**9. Outras contas a receber**

		<b>2016</b>	<b>2015</b>
Valores a receber concessão e arrendamento	(a)	49.390	42.724
Títulos precatórios	(b)	5.988	5.988
Redução ao valor recuperável de títulos precatórios	(b)	(5.988)	(1.796)
Demais contas a receber	(c)	11.059	3.933
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(d)	(1.602)	-
		<b>58.847</b>	<b>50.849</b>
Circulante		8.879	3.222
Não Circulante		49.968	47.627

- (a) Os valores a receber de concessão e arrendamento contabilizados no ativo não circulante correspondem ao registro decorrente de sentença favorável em processo envolvendo o Poder Concedente sobre valores pagos a maior nas atualizações das parcelas trimestrais da concessão e arrendamento do período de outubro de 1997 a abril de 2001 (variação IGP-DI acumulada *versus* variação IGP-DI mensal). Confirmada em sede de recurso, conforme certidão de trânsito em julgado emitida em 08 de agosto de 2013, pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1254786/RJ. Em junho de 2014, foi proferida decisão favorável à MRS, por meio do qual o Juiz da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro determinou a compensação do valor incontroverso, no montante de R\$17.331, com a parcela do arrendamento e concessão que venceu em julho de 2014 (vide Nota 21 das Demonstrações Contábeis de 2014). O processo encontra-se em fase de liquidação da condenação da União, tendo sido publicada decisão em outubro de 2015, nomeando perito e intimando as partes a apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos. Em janeiro de 2016, a União foi intimada da decisão que negou provimento ao seu recurso de embargos de declaração contra a decisão que determinou a realização da perícia, estando pendente de exame pelo TRF/2 recurso interposto pela União contra decisão que determinou a realização da perícia para apuração da existência de valor remanescente a ser

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

compensado pela MRS.

- (b) Refere-se ao saldo restante dos precatórios adquiridos pela Companhia em 2010 e utilizados em março de 2011 para quitar débitos à vista de ICMS RJ, deduzida da redução ao valor recuperável que no exercício de 2015 correspondia a 30% do saldo de precatórios. Em 2016, a Companhia reavaliou a recuperabilidade desses títulos e provisionou a perda da totalidade do saldo restante, incrementando a provisão em R\$4.192 (R\$1.796 em 2015).
- (c) Referem-se a valores a receber decorrentes de restituição de contribuição previdenciária sobre o contrato de seguro saúde, de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis e outros valores não relacionados ao serviço de frete ferroviário.
- (d) Refere-se a constituição de perda estimada em crédito de liquidação duvidosa, relacionada aos clientes com processos judiciais em trâmite para recebimento dos créditos vencidos.

**10. Estoques**

		<b>2016</b>	<b>2015</b>
Materiais de manutenção	<b>(a)</b>	85.813	93.001
Materiais em processo de recuperação	<b>(b)</b>	1.269	5.973
Importações em andamento		1.025	411
Combustíveis		8.998	6.846
Outros		1.537	805
Provisão para perdas por obsolescência	<b>(c)</b>	<u>(6.736)</u>	<u>(5.680)</u>
		<b>91.906</b>	<b>101.356</b>

- (a) Referem-se aos materiais que serão utilizados em serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente.
- (b) Referem-se aos materiais de manutenção que serão recuperados a fim de serem utilizados novamente nos ativos da Companhia.
- (c) Referem-se a provisão para perda de determinados materiais de manutenção considerados obsoletos ou de baixa rotatividade.

**11. Tributos a recuperar**

		<b>2016</b>	<b>2015</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	<b>(a)</b>	90.660	86.527
(-) Provisão para perda de ICMS	<b>(a)</b>	(31.100)	(27.034)
PIS/COFINS a recuperar	<b>(b)</b>	57.742	64.011
Imposto de renda retido na fonte	<b>(c)</b>	49.322	50.229
IRPJ/CSLL a compensar		511	511
Outros		225	590
		<b>167.360</b>	<b>174.834</b>
Circulante		107.852	91.582
Não circulante		59.508	83.252

- (a) Referem-se, principalmente, aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis.
- (b) Referem-se, principalmente, aos créditos de bens do ativo fixo que se recuperam em 48 parcelas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

- (c) Referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e sobre ganhos nas operações de derivativos - *swap*. Como os rendimentos são tributados apenas no resgate das aplicações e na liquidação dos *swaps*, este valor inclui a provisão de IR fonte dessas operações.

A composição dos créditos de ICMS nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, registrados no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Composição créditos ICMS - circulante		
ICMS - RJ	32.563	19.542
ICMS - SP	12.206	12.015
Total circulante	<b>44.769</b>	<b>31.557</b>

O saldo credor de R\$44.769 será utilizado no exercício de 2017.

**12. Despesas antecipadas**

		<b>2016</b>	<b>2015</b>
Adiantamento arrendamento	<b>(a)</b>	165.115	163.457
Seguros	<b>(b)</b>	11.858	2.143
Outras despesas antecipadas		7.815	6.351
		<b>184.788</b>	<b>171.951</b>
Circulante		24.699	15.419
Não circulante		160.089	156.532

- (a) Os adiantamentos por arrendamento são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias. No ano de 2016 o valor amortizado de arrendamento foi de R\$8.817 (R\$8.817 em 2015). Os detalhes da operação estão descritos na Nota 21.

- (b) Referem-se a pagamentos antecipados de seguros e demais obrigações pagas antecipadamente. O aumento de R\$9.715 deve-se principalmente a renovação da apólice de seguro de risco operacional com vencimento em 31 de março de 2018.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado****13. Outros ativos circulantes e não circulantes**

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

		<b>2016</b>	<b>2015</b>
Depósitos judiciais	<b>(a)</b>	88.307	61.603
Adiantamentos a terceiros	<b>(b)</b>	7.452	6.853
Investimento audiovisual	<b>(c)</b>	551	1.422
		<b>96.310</b>	<b>69.878</b>
Circulante		7.452	6.854
Não circulante		88.858	63.024

- (a) Referem-se a depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir interposição de recurso, nos termos da lei. Os mesmos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. A distribuição está descrita na Nota 23.1.
- (b) Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores e colaboradores como adiantamento de férias, empréstimo de férias e outros adiantamentos.
- (c) Representam os investimentos realizados para produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, de acordo com a Lei nº 8.685/93. Os investimentos audiovisuais estão sendo amortizados pelo prazo de cada obra cinematográfica.



## MRS Logística S.A.



### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

#### 14. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	2016						2015
	Benfeitorias imóveis de terceiros	Locomotivas	Vagões	Imobilizado em curso	Outros	Total	Total
<b>Custo</b>							
Em 1º de janeiro	3.428.265	2.561.030	2.266.756	483.871	561.810	9.301.732	8.492.691
Adições	-	-	-	607.937	-	607.937	851.663
Transferências / Reclassificações	442.121	75.660	87.821	(637.353)	31.751	-	-
Reversão (provisão) doação	12.852	-	(494)	-	-	12.358	(6.701)
Baixas	(12.949)	(31.778)	(5.937)	(3.521)	(4.991)	(59.176)	(35.921)
Em 31 de dezembro	3.870.289	2.604.912	2.348.146	450.934	588.570	9.862.851	9.301.732
<b>Depreciação</b>							
Em 1º de janeiro	(1.114.420)	(1.025.884)	(748.138)	-	(266.333)	(3.154.775)	(2.676.962)
Adições	(243.687)	(129.392)	(127.652)	-	(49.945)	(550.676)	(502.405)
Baixas	200	16.081	2.099	-	3.732	22.112	24.592
Em 31 de dezembro	(1.357.907)	(1.139.195)	(873.691)	-	(312.546)	(3.683.339)	(3.154.775)
<b>Valor residual líquido</b>							
Em 31 de dezembro	2.512.382	1.465.717	1.474.455	450.934	276.024	6.179.512	6.146.957

A movimentação do imobilizado de 2015 encontra-se publicada na Nota 14 das demonstrações contábeis de 2015.

#### Reversão de provisão

O valor de R\$12.852 refere-se a reversão da provisão para doação de bens imóveis constituída em 2015, cujas doações foram efetuadas em 2016.

#### Baixas

No dia 14 de outubro de 2016 a MRS celebrou contrato de venda de 23 locomotivas modelo GE Dash-9 e peças para a Vale S.A., deste total, 6 (seis) foram baixadas e entregues à Vale S.A. em 2016, causando um efeito negativo de R\$15.191 no imobilizado. As outras 17 locomotivas serão entregues em 2017.

#### Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no ano de 2016 foi R\$29 (R\$280 em 2015). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 10,5% ao ano (10,6% no ano de 2015), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.

#### Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, como também na compra de locomotivas e vagões

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

que são transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

**Revisão de vida útil**

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus principais ativos. Desta forma, conforme laudo técnico emitido pela EY CT Valuation, bem como publicação no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2016, a partir de janeiro de 2017 a vida útil de alguns ativos e componentes serão alteradas conforme tabela abaixo:

<b>Grupos de ativos</b>	<b>2016</b>		<b>2015</b>	
	<b>%</b>	<b>Anos</b>	<b>%</b>	<b>Anos</b>
<b>Bens imóveis</b>				
Benfeitorias em via permanente	9,09	11	8,33	12
<b>Locomotivas</b>				
Locomotivas diesel	3,33	30	4,17	24
<b>Vagões</b>				
Tempo médio de vida útil dos componentes	16,67	6	20,00	5

As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos aplicadas no ano de 2016 estão demonstradas na Nota 2.11.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos, o valor líquido contábil desses ativos é de R\$2.446.023 (R\$2.527.986 em 2015).

## MRS Logística S.A.



### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

#### 15. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	2016				2015
	Adiantamento Concessão	Sistemas informatizados e software	Projetos em andamento	Total	Total
<b>Custo</b>					
Em 1º de janeiro	16.834	196.882	5.487	219.203	209.118
Adições	551	-	5.382	5.933	10.085
Transferências	-	3.918	(3.918)	-	-
Provisão para baixa de ativos	-	(546)	-	(546)	-
<b>No final do período</b>	<b>17.385</b>	<b>200.254</b>	<b>6.951</b>	<b>224.590</b>	<b>219.203</b>
<b>Amortização</b>					
Em 1º de janeiro	(8.482)	(167.641)	-	(176.123)	(159.669)
Adições	(444)	(12.093)	-	(12.537)	(16.454)
<b>No final do período</b>	<b>(8.926)</b>	<b>(179.734)</b>	<b>-</b>	<b>(188.660)</b>	<b>(176.123)</b>
<b>No final do período</b>	<b>8.459</b>	<b>20.520</b>	<b>6.951</b>	<b>35.930</b>	<b>43.080</b>

A movimentação do intangível de 2015 encontra-se publicada na Nota 15 das demonstrações contábeis de 2015.

A parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

#### 16. Obrigações sociais e trabalhistas

	2016	2015
PPR – Plano de Participação nos Resultados / Bônus	67.303	65.099
Provisão para férias e 13º salário	30.023	30.148
Salários a pagar	27.423	15.223
INSS	13.349	17.483
FGTS	5.500	5.355
IRRF a pagar	3.379	2.323
Outros	12.692	13.171
	<b>159.669</b>	<b>148.802</b>

## MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2016  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

### 17. Obrigações fiscais

	2016	2015
Imposto de renda	102.442	30.240
Contribuição social	24.425	15.248
ICMS	2.785	2.775
COFINS	14.287	10.353
PIS	2.752	2.178
Outros	3.918	4.434
	<b>150.609</b>	<b>65.228</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

**18. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

		<b>2016</b>	<b>2015</b>
<u>Moeda nacional</u>			
BNDES:		1.322.467	1.633.498
FINEM	(a)	763.937	910.320
DULC	(b)	361.424	432.211
FINAME	(c)	197.106	290.967
BDMG	(d)	15.860	24.968
FINEP	(e)	5.397	8.635
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	19	24.877	34.932
		<u>1.368.601</u>	<u>1.702.033</u>
Custos da transação		<u>(2.037)</u>	<u>(2.373)</u>
		<b><u>1.366.564</u></b>	<b><u>1.699.660</u></b>
<u>Moeda estrangeira</u>			
Banco de Tokyo	(f)	244.682	586.490
Ajuste de hedge de valor justo - Banco de Tokyo	19	(721)	-
Ex-Im	(g)	63.456	109.809
		<u>307.417</u>	<u>696.299</u>
Custos da transação		<u>(590)</u>	<u>(1.149)</u>
		<b><u>306.827</u></b>	<b><u>695.150</u></b>
<u>Debêntures</u>			
5ª Emissão	(h)	214.721	319.738
6ª Emissão		302.617	302.362
7ª Emissão		673.063	631.258
		<u>1.190.401</u>	<u>1.253.358</u>
Custos da transação		<u>(34.261)</u>	<u>(8.973)</u>
		<b><u>1.156.140</u></b>	<b><u>1.244.385</u></b>
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>			
Equipamentos de informática	(i)	317	-
		<u>317</u>	<u>-</u>
Total de empréstimos e financiamentos + custo da transação		<b><u>2.829.848</u></b>	<b><u>3.639.195</u></b>
Circulante		653.491	876.843
Não circulante		2.176.357	2.762.352

(a) As operações de FINEM, contratadas junto ao BNDES, possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais “spread” até 3,41% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos serão utilizados para cobrir gastos que

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

---

visam a redução do número de acidentes, a melhoria do ciclo operacional e a aquisição de material rodante, além da construção de passarelas, viadutos e passagens inferiores e projetos sociais. Durante o ano de 2016 ocorreram novas captações que totalizam um montante de R\$733. O prazo final de amortização do contrato é 15 de junho de 2024. Essas operações têm como garantia recebíveis de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, alienação fiduciária dos bens financiados, direitos emergentes e aplicação financeira vinculada no valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.

- (b) O DULC, operação direta com o BNDES, possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a encargos de TJLP mais “spread” de até 2,06% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de expansão da via permanente, de modernização e recuperação de ativos, de confiabilidade de infraestrutura, além de compras de locomotivas e projetos sociais. Durante o ano de 2016 ocorreram novas captações totalizando um montante de R\$22.169. O prazo final de amortização do contrato é 15 de junho de 2023. A garantia deste contrato é composta por recebíveis de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, direitos emergentes da concessão e aplicação financeira vinculada correspondente ao valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.
- (c) Os FINAME's, financiamentos com recursos do BNDES, possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e referem-se a operação para compra de vagões e locomotivas, sujeitas a encargos de TJLP mais “spread”, equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 10,0% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Durante o ano de 2016 ocorreram novas captações que totalizam um montante de R\$6.719. O prazo final de amortização do contrato é 15 de janeiro de 2021. Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados.
- (d) O financiamento junto ao BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - possui uma correção igual ao IPCA mais taxa fixa de 5,76% ao ano, tem por finalidade a aquisição de equipamentos para modernização da malha ferroviária. O saldo de 2016 é referente à liberação da primeira parcela do empréstimo no valor de R\$40.000 em 2011. Este contrato tem como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização é 24 de dezembro de 2018. A outra tranche, que era a indexada à taxa SELIC meta mais taxa fixa de 2,00% ao ano, se encerrou em dezembro de 2016.
- (e) O empréstimo junto à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 5,00% ao ano. O objetivo da operação foi financiar o projeto, cujo foco é o desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis para produção e utilização de dormentes. Este contrato tem como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização é 15 de agosto de 2018.
- (f) O financiamento junto ao Banco de Tokyo possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 3,05% ao ano. Contratado e desembolsado em setembro de 2013, esta operação em moeda estrangeira teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia para os crescentes investimentos realizados, bem como liquidar antecipadamente, em setembro de 2013, uma captação via NCE (Nota de Crédito à Exportação), com o intuito de alongar o prazo da dívida e suavizar o fluxo de amortização futuro da Companhia. A Companhia não constituiu garantia para este contrato e o prazo final de amortização é 18 de março de 2019. O outro financiamento contratado junto ao Banco de Tokyo, desembolsado em dezembro de 2011, foi liquidado em dezembro de 2016.
- (g) O financiamento junto ao *US Export-Import Bank* (Ex-Im), está sujeito à taxa fixa nominal

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

de 3,30% ao ano. Contratado em março de 2009 e desembolsado em abril do mesmo ano, esta operação teve como objetivo a compra de 38 locomotivas novas, as quais constituem a própria garantia do contrato. O prazo final de amortização é 25 de março de 2019.

(h) Debêntures:

- **5ª Emissão**

Em 18 de julho de 2012, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida da Companhia. As debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI acrescida de sobretaxa equivalente a 0,9%, definida após o processo de *Bookbuilding*, sendo juros pagos semestralmente durante todo período da emissão e com amortização anual no 4º, 5º e 6º ano. No dia 11 de abril de 2016, a Assembléia Geral de Debenturistas da 5ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela alteração do atual item "XVIII" da cláusula 6.1.2 para seguinte forma: " (xviii) rebaixamento na classificação de risco da Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures, para *rating* "A-" ou inferior (escala nacional), atribuída pela *Standard and Poor's*, exceto se aprovado por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembléia, ficando assegurado ao debenturista, que tiver votado favoravelmente à declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o direito de ter suas Debêntures resgatadas pela Emissora em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de conhecimento do evento;" e pela repactuação da taxa de juros de variação do CDI + 0,90% para variação do CDI + 2,50%, desde 20 de abril de 2016 até a data de vencimento da emissão. O prazo final de amortização desse contrato é 18 de julho de 2018.

- **6ª Emissão**

Em 10 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures com as mesmas características e condições da 5ª emissão. Ademais, no dia 11 de abril de 2016, a Assembléia Geral de Debenturistas da 6ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela alteração do atual item "XIV" da cláusula 7.1. da Escritura de Emissão para seguinte forma: "XIII. rebaixamento na classificação de risco da Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures, para *rating* "A-" (escala nacional) ou inferior, atribuída pela Agência de Classificação de Risco, exceto se aprovado por Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas;" e pela repactuação da taxa de juros de variação do CDI + 0,90% para variação do CDI + 2,90%, desde 20 de abril de 2016 até a data de vencimento da emissão. O prazo final de amortização do contrato é 10 de dezembro de 2019.

- **7ª Emissão**

Em 15 de fevereiro de 2015, a Companhia emitiu R\$550.726 em debêntures, sendo R\$336.340 relativos à 1ª série da emissão e R\$214.386 relativos à 2ª série da emissão. Devido à correção do valor da emissão prevista na escritura entre a data de emissão e a data de liquidação o total desembolsado foi de R\$555.003.

A emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 550.726 debêntures simples não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com o valor unitário de R\$1. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados integralmente para financiar os projetos de revitalização da via permanente e expansão do projeto de comunicação CBTC (*Communication Based Train Control*), aprovados e considerados prioritários pelo Ministério dos Transportes, razão pela qual as debêntures contam com benefícios de isenção



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

tributária de acordo com a Lei nº 12.431.

No dia 06 de abril de 2016, a Assembléia Geral de Debenturistas da 7ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela renúncia da hipótese das Debêntures virem a ter sua classificação de risco rebaixada em dois *notches*, em relação à classificação de risco das Debêntures na data de emissão, até a data de 15 de fevereiro de 2024 e pelo pagamento de prêmio (*flat*), incidente sobre o valor nominal unitário devidamente atualizado, equivalente a 4,35% para as Debêntures da 1ª Série e 5,35% para as debêntures da 2ª Série. Os prêmios foram pagos no dia 15 de abril de 2016, com base no valor nominal unitário atualizado do dia 14 de abril de 2016.

A primeira série dessa emissão vencerá em 7 anos e está sujeita a uma taxa de IPCA + 5,9828% ao ano. Já a segunda série da emissão vencerá em 10 anos e a sua taxa de juros é de IPCA + 6,4277% ao ano.

Todas as debêntures emitidas possuem garantias quirografárias.

(i) Arrendamento Mercantil financeiro:

O contrato de arrendamento assinado em outubro de 2016 e classificado como financeiro está relacionado com a compra de equipamentos de infraestrutura de *Data Center*. O referido contrato de arrendamento financeiro possui opção de compra ao término de sua vigência.

	2016			2015
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	329	-	329	-
	<b>329</b>	-	<b>329</b>	-

O valor presente e futuros pagamentos mínimos:

Anos	Valor Presente	Valor futuro
2017	155	189
2018 a 2022	162	173
Após 2022	-	-
	<b>317</b>	<b>362</b>

## MRS Logística S.A.



### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Após 2020</b>	<b>Total</b>
FINAME	59.536	37.036	3.450	2.503	102.525
DULC	101.508	58.337	32.479	66.504	258.828
FINEM	149.645	149.645	142.443	171.339	613.072
Debêntures	200.021	100.000	-	638.557	938.578
BDMG	7.919	-	-	-	7.919
FINEP	2.154	-	-	-	2.154
Banco de Tokyo	165.569	82.784	-	-	248.353
Ex-Im	28.193	7.048	-	-	35.241
Arrendamento Financeiro	162	-	-	-	162
	<b>714.707</b>	<b>434.850</b>	<b>178.372</b>	<b>878.903</b>	<b>2.206.832</b>

Em dezembro de 2016, os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	<b>Circulante</b>	<b>Longo prazo</b>					<b>Total</b>
	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Após 2020</b>	<b>Total</b>	<b>CP + LP</b>
DULC	156	145	137	132	279	693	849
FINEM	250	243	237	232	214	926	1.176
FINAME	3	3	2	2	1	8	11
Debêntures	5.631	5.875	6.115	6.324	10.316	28.630	34.261
Ex-Im	373	191	27	-	-	218	591
	<b>6.413</b>	<b>6.457</b>	<b>6.518</b>	<b>6.690</b>	<b>10.810</b>	<b>30.475</b>	<b>36.888</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o montante dos custos de transações incorrido em cada processo de captação foi:

	2016	2015
FINEM	733	192.920
(-) custos de captações	-	-
% custos/Valor captação	0,0%	-
DULC	22.169	61.084
(-) custos de captações	-	(673)
% custos/Valor captação	-	-1,10%
FINAME	6.719	-
(-) custos de captações	(7)	-
% custos/Valor captação	-0,1%	-
Debêntures 7ª emissão	-	555.003
(-) custos de captações	-	(8.614)
% custos/Valor captação	-	-1,55%
Debêntures 7ª emissão ( <i>waiver fee</i> ) (j)	-	-
(-) custos de captações	(29.568)	-

(j) Vide Nota 18 (h).

**Condições restritivas financeiras (*covenants*)**

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros. As condições restritivas dos *covenants* permanecem inalteradas em relação a 2015 e todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. As debêntures emitidas pela Companhia também possuem cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros bem como manutenção de *rating* mínimo de classificação de risco atribuível pela *Standard and Poor's*, e todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2016.

**19. Instrumentos financeiros****Operações com instrumentos financeiros**

O cálculo do valor justo de aplicações (Caixa, Equivalentes de caixa e Caixa restrito), é realizado da seguinte forma: para aplicações com carência inferior ou igual a 60 dias, considera-se o valor justo como sendo o próprio valor original. Caso a carência seja superior a 60 dias, calcula-se a rentabilidade pela taxa de juros contratada até o fim da carência, descontando-se, a seguir, por uma taxa mais elevada, equivalente a 110% da taxa contratada, o que representa uma penalidade pela eventual saída da aplicação no período de não liquidez.

Para os empréstimos e financiamentos que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública. Para os empréstimos e

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, que divergem dos seus valores justos:

	<b>2016</b>		<b>2015</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	<u>307.417</u>	<u>308.517</u>	<u>696.299</u>	<u>699.992</u>
<b>Total</b>	<b><u>307.417</u></b>	<b><u>308.517</u></b>	<b><u>696.299</u></b>	<b><u>699.992</u></b>

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.

**Classificação dos instrumentos financeiros**

A seguir apresentamos os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizados pela Companhia e sua respectiva classificação.

# MRS Logística S.A.



## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2016				2015		
	Derivativos usados para <i>hedge</i>	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	296.099	296.099	7.834	619.791	627.625
Caixa restrito	-	-	49.065	49.065	-	43.850	43.850
Contas a receber	-	-	87.566	87.566	-	74.095	74.095
Partes relacionadas	-	-	298.747	298.747	-	199.709	199.709
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	85.522	-	-	85.522	269.633	-	269.633
<b>Total</b>	<b>85.522</b>	<b>-</b>	<b>731.477</b>	<b>816.999</b>	<b>277.467</b>	<b>937.445</b>	<b>1.214.912</b>

	2016				2015		
	Derivativos usados para <i>hedge</i>	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	-	-	241.261	241.261	-	251.222	251.222
Partes relacionadas	-	-	19.334	19.334	-	18.966	18.966
Empréstimos e financiamentos em R\$	-	-	1.343.724	1.343.724	-	1.667.101	1.667.101
Empréstimos e financiamentos em USD	-	-	308.138	308.138	-	696.299	696.299
Debêntures	-	-	1.190.401	1.190.401	-	1.253.358	1.253.358
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	21.924	2.953	-	24.877	34.932	-	34.932
Ajuste em Hedge de Valor Justo - Banco de Tokyo	(721)	-	-	(721)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21.203</b>	<b>2.953</b>	<b>3.102.858</b>	<b>3.127.014</b>	<b>34.932</b>	<b>3.886.946</b>	<b>3.921.878</b>

### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Embora as operações com derivativos tenham o propósito de proteger a Companhia da oscilação oriunda de sua exposição aos riscos de mercado, decidiu-se por não adotar a metodologia de contabilização de cobertura (*hedge accounting*) para a maioria das operações.

No entanto, conforme mencionado na Nota 2.7, desde 1º de abril de 2016 a Companhia optou por designar um *cross-currency swap* para *Hedge* de Valor Justo, protegendo assim o valor justo do objeto de *hedge*, que no caso é a dívida contratada junto ao Banco de Tokyo em

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

setembro de 2013. Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2016 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$60.645 (R\$234.701 em 2015), foram contabilizadas no resultado.

A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *Hedge* de Valor Justo após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*.

A partir da designação do *swap* para *Hedge* de Valor Justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

	<b>Objeto de Hedge de valor justo</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Dívida	244.682	293.183
Ajuste de Hedge de Valor Justo	(721)	-
<b>Impacto no Resultado Financeiro</b>		
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<u>Receita financeira</u>		
Ajuste de Hedge de Valor Justo	1.921	-
<u>Despesa financeira</u>		
Ajuste de Hedge de Valor Justo	(1.200)	-
Resultado financeiro líquido	721	-

## MRS Logística S.A.



### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

<b>Derivativo designado para Hedge de Valor Justo</b>	<b>Valor de referência (nacional)</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Tipo de contrato</b>	<b>2016</b>	<b>2016</b>
Contratos de <i>swap</i>		
Posição ativa		
Dólar Fixo (dólar fixo para real CDI)	169.680	247.595
Posição passiva		
Real CDI (dólar fixo para real CDI)	169.680	(172.774)
Total dos contratos de <i>swap</i>		<u>72.821</u>
Provisão de IR sobre ganhos <i>swap</i>		(11.223)
Total dos contratos de <i>swap</i> líquidos de IR		<u>63.598</u>
Classificados		
No ativo não circulante		85.522
No passivo circulante (Empréstimos e financiamentos)		<u>(21.924)</u>
		<u><b>63.598</b></u>



## MRS Logística S.A.



### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativos não designados	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
	2016	2015	2016	2015
<b>Tipo de contrato</b>				
Contratos de <i>hedge</i>				
Posição ativa				
Dólar Fixo (dólar fixo para real CDI)	62.701	411.185	62.350	698.815
Posição passiva				
Real CDI (dólar fixo para real CDI)	62.701	411.185	(65.303)	(421.945)
Total dos contratos de <i>hedge</i>			(2.953)	276.870
Provisão de IR sobre ganhos <i>hedge</i>			-	(42.169)
Total dos contratos de <i>hedge</i> líquidos de IR			(2.953)	234.701
Classificados				
No ativo circulante			-	136.577
No ativo não circulante			-	133.056
No passivo circulante (Empréstimos e financiamentos)			(2.953)	(34.932)
			(2.953)	234.701

A Companhia conta apenas com instrumentos derivativos de *swap*. Para a ponta ativa do *swap*, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial correspondente ao prazo restante compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo é convertido pela taxa de câmbio atual.

Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI, calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual. Em seguida, desconta-se este resultado à taxa de 100% do CDI até a data atual.

## MRS Logística S.A.



### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Descrição	2016			2015		
	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos
<b>Contratos de "swap"</b>						
<b>Posição ativa</b>			Mar/17			Mar/16
Moeda estrangeira	232.381	309.945	Até	411.185	698.815	Até
<b>Posição passiva</b>			mar/19			mar/19
Taxas (pós)	232.381	238.077		411.185	421.945	

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial Contratado (USD)	Valor Justo 2016 (R\$) Ativa	Valor Justo 2016 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
<b>Contratos de swap</b>								
Santander	USD +	100%	28/set/16	26/jun/17	7.700	25.126	25.601	(475)
Itaú	2,07%a.a.	até	29/dez/16	25/set/17	3.900	12.672	12.681	(9)
Banco do Brasil	até	108%	27/jun/16	27/mar/17	7.450	24.552	27.021	(2.469)
Banco de Tokyo	3,49%a.a.	do CDI	18/set/13	15/mar/19	75.000	247.595	172.774	74.821
<b>Total</b>					<b>94.050</b>	<b>309.945</b>	<b>238.077</b>	<b>71.868</b>

(\*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$11.223, totalizando uma posição líquida de derivativos de R\$60.645.

#### 19.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$60.645 em 31 de dezembro de 2016, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia. Durante o exercício de 2016, não ocorreram transferências entre os níveis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2016**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2016		2015	
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
<b>Ativos (Passivos)</b>				
Instrumentos financeiros derivativos ativos	85.522	2	269.633	2
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(24.877)	2	(34.932)	2
Caixa e equivalentes de caixa	296.099	2	627.625	2
Caixa restrito	49.065	2	43.850	2
Contas a receber	87.566	(*)	74.095	(*)
Partes relacionadas	298.747	(*)	199.709	(*)

(\*) Para estes instrumentos financeiros não há classificação de nível na hierarquia do valor justo.

## **19.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro**

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de: (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos; e (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

### **19.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

### **19.4. Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

#### **(a) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição.

A Companhia possui passivos relevantes atrelados a taxas de juros locais pós-fixadas como CDI, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e IPCA.

Os riscos associados ao CDI, à TJLP e ao IPCA são avaliados por análise de sensibilidade, na qual as taxas são aumentadas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando a perspectiva de mercado para o fechamento de 2017, tendo como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil e a TJLP em 31 de dezembro de 2016.

Na tabela abaixo, é possível notar que, na data-base de 31 de dezembro de 2016, o aumento de 50% tanto do CDI quanto da TJLP (cenário II), representa uma perda inferior a 5% (5% em 2015) de aumento da Posição Passiva Líquida, aproximadamente, R\$60.350 (R\$74.700 em 2015), quando comparado ao cenário provável, motivo pelo qual a Companhia decidiu não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.

## MRS Logística S.A.



### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em milhões de reais

	Base 2016	Provável 2017	Cenário I	Cenário II
<b>CDI</b>	13,63%	11,44%	14,31%	17,17%
<b>TJLP</b>	7,50%	7,50%	9,38%	11,25%
<b>IPCA</b>	6,29%	4,87%	6,09%	7,31%
<b><u>Passivo</u></b>	<b>1.973,1</b>	<b>2.100,7</b>	<b>2.140,1</b>	<b>2.179,5</b>
Dívida em TJLP	528,8	536,4	545,8	555,3
Dívida em CDI	517,3	576,5	591,3	606,1
Dívida em IPCA	688,9	722,5	730,9	739,2
Ponta Passiva de Swap em CDI	238,1	265,3	272,1	278,9
<b><u>Ativo</u></b>	<b>321,6</b>	<b>358,4</b>	<b>367,6</b>	<b>376,8</b>
Aplicações	321,6	358,4	367,6	376,8
<b><u>Posição Líquida Descoberta</u></b>	<b>1.651,5</b>	<b>1.742,3</b>	<b>1.772,5</b>	<b>1.802,7</b>

	Valor contábil	
	2016	2015
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
Ativos financeiros	-	-
Passivos financeiros	793.992	970.503
	<b>793.992</b>	<b>970.503</b>
<b>Instrumentos de taxa pós fixada</b>		
Ativos financeiros	345.164	671.475
Passivos financeiros	2.047.867	2.646.255
	<b>2.393.031</b>	<b>3.317.730</b>

#### (b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 2016 com variação negativa de 16,87% (47,01% em 2015).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativos em moeda estrangeira</b>		
Importações em andamento	1.025	411
Adiantamento a fornecedores	-	82
Instrumentos financeiros de <i>swap</i>	309.945	698.815
	<b>310.970</b>	<b>699.308</b>
<b>Passivos em moeda estrangeira</b>		
Fornecedores	(18.505)	(38.432)
Empréstimos e financiamentos	(307.417)	(696.299)
	<b>(325.922)</b>	<b>(734.731)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>(14.952)</b>	<b>(35.423)</b>

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito dos derivativos mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2016 e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que resumiu-se à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2016 e os juros acumulados no período. Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio do final de 2017 divulgada no último Relatório Focus – Bacen anterior ao fechamento do exercício. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

As tabelas abaixo representam a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para os anos de 2016 e 2015, respectivamente.

**Risco de apreciação do Dólar - 2017**

	R\$ milhões		
<b>Operação</b>	<b>Cenário Provável I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
<i>Hedge</i> - Ponta Ativa de <i>Swap</i>	21,0	82,7	165,5
Dívida em US\$	(20,8)	(82,1)	(164,1)
<b>Risco Líquido da Operação aumento US\$</b>	<b>0,2</b>	<b>0,6</b>	<b>1,4</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Exposição (R\$ milhões)	Exposição provável (R\$ milhões)	Real	Taxa esperada	Impacto	
					25%	50%
Ponta Ativa de <i>Swap</i> em Dólar	310	331	3,2591	3,48	4,35	5,22
Dívida em Dólar	(307)	(328)	3,2591	3,48	4,35	5,22

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

**(c) Risco de crédito**

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	296.099	627.625
Caixa restrito	49.065	43.850
Contas a receber	87.566	74.095
Partes relacionadas	298.747	199.709
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	85.522	269.633
<b>Total</b>	<b>816.999</b>	<b>1.214.912</b>

**(i) Contas a receber**

A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (Nota 8), representando, em 31 de dezembro de 2016, 77,33% do contas a receber total (72,94% em 2015).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas “cativas” e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não “cativas”, a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar na suspensão temporária da prestação do serviço.

**(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro**

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro de 2016, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$296.099 (R\$627.625 em 2015), que estavam alocados em conta corrente ou em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

**(d) Risco de liquidez**

A operação da Companhia é intensa em capital e parte desse investimento é financiado por empréstimos e financiamentos. Esta alavancagem, conforme demonstrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa, sendo certo que o investimento da Companhia possui elevada resiliência, ou seja, sendo possível ajustá-lo ao longo do exercício conforme a evolução dos negócios.

A posição atual de caixa da Companhia é considerada robusta e conta, ao longo do ano de 2017, com o reforço tanto da forte geração de caixa, quanto por novas captações de longo prazo via mercado financeiro e BNDES, estando estes movimentos já direcionados internamente e estrategicamente distribuídos tanto no primeiro como no segundo semestre de 2017. Tais recursos farão frente a parte do montante estimado de investimentos para o ano.

A Companhia conta, atualmente, com linhas de financiamento de longo prazo já aprovadas junto a instituições financeiras relevantes. Entretanto, em virtude de posição de caixa considerada confortável e resiliente geração de caixa, a Administração avalia internamente o melhor momento para tais captações.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

<b>Fluxo de Caixa Esperado</b>						
	<b>2016</b>	<b>Até 6 meses</b>	<b>6 - 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Passivos (Ativos) financeiros não derivativos</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	2.791.025	193.624	390.731	714.558	943.522	548.590
<b>Passivos (Ativos) financeiros derivativos</b>						
Swaps utilizados para hedge (USD)	(60.645)	2.944	10.971	10.962	(85.522)	-
<b>Fluxo de Caixa Esperado</b>						
	<b>2015</b>	<b>Até 6 meses</b>	<b>6 - 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Passivos (Ativos) financeiros não derivativos</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	3.558.432	196.404	589.566	582.881	742.899	1.446.682
<b>Passivos (Ativos) financeiros derivativos</b>						
Swaps utilizados para hedge (USD)	(234.701)	(1.401)	(132.702)	-	-	(100.598)

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na Nota 18. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado***Gestão do capital*

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do exercício é apresentada a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Total do passivo	4.269.997	4.938.844
(-) Caixa e equivalente de caixa	296.099	627.625
(-) Caixa restrito	49.065	43.850
Dívida líquida	3.924.833	4.267.369
 Total do patrimônio líquido	 3.302.808	 2.984.124
Relação da dívida sobre o capital	<b>1,1883</b>	<b>1,4300</b>

**20. Dividendos a pagar**

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro líquido do exercício	417.545	295.798
Apropriação para reserva legal	(20.877)	(14.790)
Lucro líquido base para determinação do dividendo	<b>396.668</b>	<b>281.008</b>
 Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	 99.167	 70.252
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	94	146
<b>Total dos dividendos a pagar</b>	<b>99.261</b>	<b>70.398</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

**21. Concessão e arrendamento a pagar**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Concessão a pagar	6.810	6.525
Arrendamento a pagar	129.381	123.969
	<b>136.191</b>	<b>130.494</b>
Circulante	67.803	61.785
Não circulante	68.388	68.709

Referem-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento incorridos até esta data. As obrigações do passivo circulante são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

Os contratos de concessão e arrendamento têm natureza executória e prevêem que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento da malha e dos bens destinados à prestação desses serviços, a Companhia pagará o total em 116 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2016 restavam 39 parcelas trimestrais de R\$84.269, totalizando o montante de R\$3.286.491. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2016, com base no último índice contratual, IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

O fluxo de pagamentos futuros de concessão e arrendamento é como segue:

	<b>2017</b>	<b>Em até 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Concessão	16.852	84.260	63.195	164.307
Arrendamento	320.224	1.601.120	1.200.840	3.122.184
	<b>337.076</b>	<b>1.685.380</b>	<b>1.264.035</b>	<b>3.286.491</b>

Em janeiro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento da 78ª parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$84.269 (R\$80.056 e R\$4.213, respectivamente).

## MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2016  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

### 22. Imposto de renda e contribuição social

#### (a) Tributos sobre o lucro

	2016	2015
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>661.147</b>	<b>451.738</b>
Alíquota nominal	34%	34%
<b>IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:</b>	<b>224.790</b>	<b>153.591</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>	<b>18.812</b>	<b>2.349</b>
Ajuste de estoque	4.910	(167)
Despesas com doações	4.374	352
Perda com investimento audiovisual	296	355
Despesa com projeto empresa cidadã	337	123
Bônus da diretoria executiva	2.435	1.736
Incentivos fiscais (PAT, Rouanet, FIA, Esporte e Audiovisual)	(11.716)	(5.166)
Baixa de títulos indedutíveis	14.419	-
Outros	3.757	5.116
<b>IRPJ/CSLL no resultado do exercício</b>	<b>243.602</b>	<b>155.940</b>
Corrente	297.221	123.208
Diferido	(53.619)	32.732
<b>IRPJ/CSLL no resultado do exercício</b>	<b>243.602</b>	<b>155.940</b>
Alíquota fiscal efetiva total	36,85%	34,52%
Alíquota fiscal efetiva total – correntes	44,96%	27,27%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos	-8,11%	7,25%

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2016**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
	<b>IRPJ/CSLL</b>	<b>IRPJ/CSLL</b>
<b>Ativo</b>		
Provisão contingências	105.952	83.287
Provisões diversas	22.577	47.101
Provisão perda ativos	6.000	8.280
Provisão perda ICMS	10.574	9.192
Passivo plano de saúde	1.088	863
Outros	86	113
Total ativo	<b>146.277</b>	<b>148.836</b>
<b>Passivo</b>		
Depreciação	245.589	230.874
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	109.374	105.427
Capitalização de juros	26.483	29.079
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	23.711	93.554
P&D depreciação acelerada 2008 / 2009 / 2012 Lei 11.196/05	7.561	9.923
Ganho passivo atuarial plano de saúde	3.348	3.685
Outros	396	435
Total passivo	<b>416.462</b>	<b>472.977</b>
Total líquido	<b>270.185</b>	<b>324.141</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

O valor de R\$416.462 (R\$472.977 em 2015) referente ao passivo diferido contempla a parcela de desconstituição (amortização) dos ajustes decorrentes do RTT – Regime Tributário de Transição. Em virtude desses ajustes a Companhia constituiu IRPJ/CSLL diferido das diferenças entre o resultado societário e fiscal, no valor de R\$241.001, o qual está sendo desconstituído pelo prazo remanescente do contrato de concessão conforme regras prescritas nos artigos 69 da Lei 12.793/14 e 174 da Instrução Normativa RFB nº 1515/14.

O valor amortizado em 2016 foi de R\$20.224 (R\$20.224 em 2015), perfazendo um saldo de R\$200.553 em dezembro de 2016 (R\$220.777 em 2015).

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Em 1º Janeiro	<b>324.141</b>	<b>291.747</b>
Provisão contingências	(22.665)	(40.492)
Provisões diversas	24.524	(11.025)
Provisão plano de saúde	(225)	24
Provisão perda ativos	2.280	(1.640)
Provisão perda ICMS	(1.382)	(7.297)
Depreciação	14.715	25.836
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	3.947	9.002
Capitalização de juros	(2.596)	(2.511)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	(69.843)	63.131
Ganho passivo atuarial plano de saúde	(337)	(338)
P&D depreciação acelerada 2008/2009/2012 Lei 11.196/05	(2.362)	(2.268)
Outros	(12)	(28)
Em 31 de Dezembro	<b>270.185</b>	<b>324.141</b>

**23. Provisões**

As provisões estão compostas da seguinte forma:

		<b>2016</b>	<b>2015</b>
Provisões para contingências	<b>23.1</b>	311.623	244.961
Provisões para benefícios pós emprego	<b>23.2</b>	3.616	3.320
Provisão ILP (Incentivos de Longo Prazo)		11.656	6.214
Provisões para acidentes ferroviários		1.779	3.434
Outras provisões		18.657	18.289
		<b>347.331</b>	<b>276.218</b>
Circulante		24.664	23.488
Não circulante		322.667	252.730

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2016**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

### 23.1 Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas estão registradas no passivo não circulante e estão compostas como segue:

	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total de passivos provisionados
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>90.090</b>	<b>35.778</b>	-	<b>125.868</b>
Adições	29.271	37.376	108.379	175.026
Atualizações	4.578	2.421	-	6.999
Reversões ou pagamentos	(57.284)	(5.648)	-	(62.932)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>66.655</b>	<b>69.927</b>	<b>108.379</b>	<b>244.961</b>
Adições	65.146	15.478	-	80.624
Atualizações	18.441	28.666	15.934	63.041
Reversões ou pagamentos	(37.151)	(39.852)	-	(77.003)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>113.091</b>	<b>74.219</b>	<b>124.313</b>	<b>311.623</b>

Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, e que ainda encontram-se pendentes, o impacto futuro esperado em caixa esta composto como segue:

		2016				
		Quantidade de ações	Valor envolvido	Provisão (*)	Depósitos	Valor líquido
Previdenciárias e trabalhistas	(a)	1.763	397.418	113.091	(46.698)	66.393
Cíveis	(b)	1.070	487.404	74.219	(15.601)	58.618
Fiscais	(c)	189	593.461	124.313	(24.004)	100.309
Ambientais	(d)	10	777	-	(2.004)	(2.004)
Outras	(e)	5	-	-	-	-
		3.037	1.479.060	311.623	(88.307)	223.316

(\*) Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

#### (a) Previdenciárias e trabalhistas

As ações previdenciárias e trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias, parcelas indenizatórias, adicional noturno, intervalo intrajornada, equiparação salarial e adicionais de periculosidade e insalubridade.

No ano de 2016, foi provisionado um total de R\$65.146. Deste total, R\$11.321 referem-se a sete ações coletivas ajuizadas pelos sindicatos representantes da categoria dos empregados em Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete, Rio de Janeiro e São Paulo, as quais versam sobre (i) diferença de adicional noturno, pagamento de horas extras; (ii) legalidade do sistema de monocondução; (iii) intervalo intrajornada; (iv) pagamento de multa prevista em norma coletiva; (v) o pagamento de parcelas indenizatórias; (vi) aplicabilidade da súmula 331 do TST.

As demais adições de provisões realizadas no período somam R\$53.825, referindo-se à mudança de prognóstico e ajustes decorrentes da adequação das provisões às decisões modificativas

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2016**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

posteriormente proferidas durante o período, sendo que, a maior mudança por processo foi no valor de R\$1.405.

As baixas de provisões somam um total de R\$37.151. Deste total, (i) R\$32.126 referem-se à mudanças de prognóstico, pagamentos da execução e ajustes decorrentes da adequação das provisões às decisões modificativas posteriormente proferidas durante o período e atualização monetária; (ii) R\$4.025 decorrem das perdas efetivas em processos encerrados; e (iii) R\$1.000 decorre do pagamento de parcela do acordo celebrado em ação de execução de TAC (Termo de Ajuste de Conduta) proposta pelo MPT/BH.

Outrossim, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui contingências com prognóstico de perda possível no valor total de R\$117.474 em 2016, os quais não constituem provisão.

**(b) Cíveis**

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 1.070 ações, onde figura como ré em 976 e como autora/confrontante/interessada em 94.

As ações em que a Companhia figura como ré, versam sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários; paralisação de tráfego ferroviário em Conselheiro Lafaiete (MG); legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio; contratos de concessão e arrendamento, Ações Cíveis Públicas e ações envolvendo o Clube de Investimento dos Ferroviários da Malha Sudeste – SUDFER.

O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$409.985, (R\$300.274 em 31 de dezembro de 2015). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$74.103, (R\$69.903 em dezembro de 2015), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável.

As ações em que a Companhia figura como autora/confrontante/interessada, versam sobre responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião e reintegração de posse.

O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$77.419 (R\$98.897 em 31 de dezembro de 2015). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$ 116, (R\$24 em 31 de dezembro de 2015), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável.

As adições de provisão no valor de R\$15.478 ocorridas no período devem-se principalmente a: (i) mudanças de prognósticos de perda das ações, no valor de R\$8.719, e (ii) adições decorrentes de decisões condenatórias modificativas do valor originalmente provisionado proferidas durante o período, no valor de R\$6.759, sendo que a maior adição por processo foi no valor de R\$2.219. Foi realizada revisão de cálculo de atualização dos valores provisionados, da qual decorreu adição no valor R\$28.666, sendo R\$13.944 correspondente a correção monetária e R\$14.722 correspondente a juros de mora.

Foram realizadas baixas de provisão no período, totalizando R\$39.852, correspondentes basicamente a: (i) mudança de prognóstico de perda das ações e ajustes decorrentes da adequação de valores de provisão às decisões modificativas proferidas posteriormente à constituição da provisão de R\$18.276 e (ii) pagamento de execuções no valor de R\$21.576, em que se destaca o valor de R\$15.128, referente ao processo arbitral instaurado pela Ebate Construtora LTDA.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2016**

**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

---

A Companhia é parte em outros processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão, uma vez que o prognóstico de perda foi classificado como possível. O valor das contingências com prognóstico de perda possível é de R\$338.877 em 2016 e se refere, principalmente, a ações de indenização decorrentes de acidentes ferroviários.

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$1.000 por sinistro.

**(c) Fiscais**

No âmbito fiscal, a Companhia é parte em 189 processos administrativos e judiciais, sendo autora em 83 processos e ré em 106 processos. O valor total envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$593.461, nos quais R\$277.381 eram discutidos em demandas em que a Companhia é autora e R\$316.080 são envolvidos em demandas nas quais a Companhia é ré.

Os processos fiscais em curso versam sobre o questionamento da exigência de recolhimento (i) de glosa de créditos de ICMS incidente sobre bens de uso e consumo; (ii) de IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA; (iii) de PIS e COFINS sobre a importação de bens (trilhos e locomotivas), decorrentes do direito ao enquadramento da Companhia dentre os beneficiários do REPORTE (importação com a suspensão do PIS e da COFINS); (iv) de PIS e COFINS sobre a partilha de fretes a pagar (receita de terceiros incluída em nosso faturamento) e (v) exclusão de valores da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A composição das provisões fiscais com prognóstico de perda provável, no valor total de R\$124.313 (R\$108.379 em 2015), está composta conforme a seguir:

- ICMS – Estado do Rio de Janeiro: o valor de R\$70.200 (R\$61.471 em 2015), refere-se a glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. Os processos aguardam julgamento definitivo.
- ICMS – Estado de São Paulo: o valor de R\$47.068 (R\$40.800 em 2015), refere-se a glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. Os processos aguardam julgamento definitivo.
- Mandado de Segurança para enquadramento nos benefícios do REPORTE: o valor de R\$7.045 (R\$6.108 em 2015), refere-se ao reconhecimento da aplicação dos benefícios do REPORTE à importação de locomotivas. O processo aguarda julgamento definitivo.

A Companhia é parte em outros processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O valor de R\$117.184 em 2016 (R\$105.476 em 2015) referente a contingência, está composto conforme abaixo:

- ICMS – glosa por utilização de regime presumido para cálculo de ICMS na venda de sucatas: R\$107 em 2016 (R\$566 em 2015) refere-se às autuações realizadas pelo fisco de Minas Gerais por discordância na utilização do regime de crédito presumido conferido à Companhia para o recolhimento de ICMS decorrente da venda de sucatas. O processo aguarda julgamento definitivo.
- IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S. A.: R\$27.472 em 2016 (R\$20.470 em 2015) refere-se a processos administrativos e judiciais relativos à cobrança do IPTU sobre imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA. Tais demandas aguardam julgamento, pelo STF, de recurso extraordinário com reconhecimento de repercussão geral.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016**

**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

- PIS e COFINS sobre partilhas de fretes: R\$13.164 em 2016 (R\$12.276 em 2015), refere-se a diferença no recolhimento do PIS e da COFINS em função da exclusão dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo da sua base de cálculo. O processo aguarda julgamento definitivo.
- PIS e COFINS variação cambial: R\$29.798 em 2016 (R\$28.352 em 2015), refere-se a exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo aguarda julgamento de apelação que julgou em favor da Companhia a exclusão de valores da base de cálculo da COFINS. Aguarda-se apreciação quanto ao PIS.
- Execução Fiscal – PIS e COFINS: R\$7.398 em 2016 (R\$11.142 em 2015), refere-se a cobrança judicial de débitos de PIS e COFINS objeto de Certidões de Dívida Ativa, originadas de processos administrativos. A decisão ainda é passível de modificação por meio de recurso.
- Execução Fiscal – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF: R\$21.777 em 2016 (R\$20.930 em 2015), refere-se à execução Fiscal contra a Companhia, relativa a 05 Certidões de Dívida Ativa que versavam sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF. Prolatada sentença acolhendo o pleito da Companhia, aguarda-se o julgamento da apelação.
- Mandados de Segurança PIS/COFINS: Refere-se a mandados de segurança impetrados nos estados de MG/RJ/SP para que o cálculo dos valores devidos a título de PIS/COFINS importação fossem realizados sem a incidência do ICMS pelo desembaraço aduaneiro. O processo aguarda julgamento final das causas junto às instâncias recursais.
- Manifestação de Inconformidade – CSLL: R\$696 em 2016 (R\$468 em 2015). A Receita Federal do Brasil homologou apenas parcialmente o pedido de compensação de créditos decorrentes de pagamento a maior de CSLL. A Companhia interpôs manifestação de inconformidade, que se encontra pendente de julgamento.
- Multa administrativa por ausência de licença de construção – Prefeitura de Barra Mansa: R\$16.772 em 2016 (R\$11.272 em 2015), refere-se a cobrança de multas administrativas aplicadas por motivo de realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa, sem a obtenção de licença prévia. Prolatado acórdão que reconheceu, parcialmente, a incorreção das multas aplicadas, aguarda-se o julgamento definitivo.

**(d) Ambientais**

A Companhia é parte em 10 ações cujo objeto versa sobre matéria ambiental. Em 31 de dezembro de 2016, o valor total envolvido nas referidas ações judiciais era de R\$777. O prognóstico de perda de todos os processos é considerado 'possível' pelos consultores jurídicos, não sendo, portanto objeto de provisão.

**(e) Outras**

A Companhia tem 5 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) firmados e vigentes, sendo dois decorrentes de matéria trabalhista, dois de matéria cível e um de matéria ambiental. Os TACs de matéria trabalhista visam (i) garantir aos dirigentes sindicais o pleno exercício das atividades que tem por objeto a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional e (ii) o preenchimento do percentual de empregados com deficiências estabelecido pelo art. 93 da Lei 8.213/91. Na área cível, temos dois TACs: um deles versa sobre a construção de passarelas e viadutos sobre a linha férrea, no município de Congonhas/MG e o outro TAC versa sobre a reforma na estação de São José dos Campos. O TAC de matéria ambiental contempla os serviços de plantio e manutenção de muda de árvores nativas da mata atlântica em Juiz de Fora/MG. Para tais casos não foram constituídas provisões.

**23.2 Provisões para benefícios pós emprego**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Plano de previdência complementar	50	66
Plano de assistência médica	3.566	3.254
	<b>3.616</b>	<b>3.320</b>

**Plano de previdência complementar**

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e a Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$6.986 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$7.380 em 2015), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016, existiam passivos em nome da Companhia, decorrentes do plano de previdência complementar no valor de R\$50 (R\$66 em 2015), as quais foram devidamente provisionadas e estão registradas no passivo não circulante.

**Plano de assistência médica**

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 31 de dezembro de 2016, o plano contava com 16.295 vidas na Bradesco Saúde e 612 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 16.907 vidas.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

## MRS Logística S.A.



### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$33.508 em 31 de dezembro de 2016 (R\$28.231 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R\$3.566 (R\$3.254 em 2015), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante.

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	3.254	3.370
Despesa reconhecida no exercício	281	348
Ganho nas obrigações	31	(464)
Passivo atuarial em 31 de dezembro	<b>3.566</b>	<b>3.254</b>

b. Movimentação do passivo atuarial:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Passivo atuarial no início do exercício	3.254	3.370
Custo do serviço corrente	199	259
Juros sobre a obrigação atuarial	411	374
Benefício pago diretamente ao plano	(329)	(285)
Ganho - redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes	31	(464)
Passivo atuarial em 31 de dezembro	<b>3.566</b>	<b>3.254</b>

c. Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

	<b>2017</b>
Custo do serviço corrente	132
Juros sobre as obrigações atuariais	396
Total da despesa a ser reconhecida	<b>528</b>

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	5,72% a.a.
Inflação de longo prazo	5,50% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	3,0% a.a.
Fator de envelhecimento	De 0 a 24 anos: 0,5% a.a. De 25 a 54 anos: 2% a.a. De 55 a 79 anos: 4,5% a.a. Acima de 80 anos: 3% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

### Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Itaú Seguros. Em 2016, a Companhia contribuiu com R\$814 (R\$658 em 2015) com seguro de vida de seus funcionários.

**24. Patrimônio líquido****(a) Capital subscrito e integralizado**

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$1.487.756 (R\$1.392.974 em 2015), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes “A” e “B”.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital autorizado é de R\$2.500.000.

De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 28 de março de 2016, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$94.782 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2016, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,00%	74.301.916	48,99%	111.968.442	32,93%
Companhia Siderúrgica Nacional	26.611.282	14,13%	36.765.916	24,24%	63.377.198	18,64%
CSN Mineração S.A. (*)	25.802.872	13,70%	37.536.000	24,75%	63.338.872	18,63%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	19,92%	342.805	0,23%	37.856.455	11,13%
Vale S.A.	36.270.703	19,26%	769.304	0,51%	37.040.007	10,89%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,37%	-	0,00%	4.460.128	1,31%
Minoritários	20.007.526	10,62%	1.951.372	1,29%	21.958.898	6,46%
	<b>188.332.687</b>	<b>100%</b>	<b>151.667.313</b>	<b>100%</b>	<b>340.000.000</b>	<b>100%</b>

(\*) No dia 30 de junho de 2016 as ações da Nacional Minérios S.A. foram transferidas a Congonhas Minérios S.A. por conta da incorporação realizada em 31 de dezembro de 2015, conforme fato relevante comunicado ao mercado realizado pela Companhia. Ademais, em 30 de novembro de 2016, conforme ata de Assembléia Geral Extraordinária a Congonhas Minérios S.A. alterou sua denominação social para CSN Mineração S.A.

**(b) Direito das ações**

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das assembléias gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

**(c) Reserva de lucros – reserva legal**

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da Reserva Legal era de R\$246.222 (R\$225.345 em 2015).

**(d) Reserva de lucros – reserva para investimentos**

A administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes para expansão no valor de R\$198.334, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$1.351.139 (R\$1.262.411 em 2015).

**(e) Dividendo adicional proposto**

A parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, não deverá ser registrada como passivo, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares serem divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2016, a parcela de R\$99.167 referente ao valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório foi registrada no patrimônio líquido como “Dividendo adicional proposto”.

**(f) Ajustes de avaliação patrimonial**

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se aos ganhos atuariais do plano de saúde, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

	<b>Ganhos atuariais</b>	<b>IRPJ/CSLL</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>11.832</b>	<b>(4.023)</b>	<b>7.809</b>
Adições	464	-	464
Baixas	-	339	339
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>12.296</b>	<b>(3.684)</b>	<b>8.612</b>
Adições	-	-	-
Baixas	(31)	337	306
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>12.265</b>	<b>(3.347)</b>	<b>8.918</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2016**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

**25. Resultado por ação**

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	417.545	295.798
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas	166.834	166.834
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Lucro básico por ação ordinária	1,18	0,83
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico e diluído por ação preferencial - A	1,29	0,92
Lucro básico e diluído por ação preferencial - B	1,29	0,92

**26. Receita dos serviços prestados**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<u>Receita operacional bruta</u>		
Serviços de transporte	2.763.753	2.629.849
Partilha de fretes	113.383	106.456
Receitas acessórias de transporte	758.579	766.301
	<u>3.635.715</u>	<u>3.502.606</u>
<u>(-) Deduções sobre vendas</u>		
ICMS	(117.520)	(115.165)
COFINS	(151.240)	(145.700)
PIS	(32.835)	(31.632)
INSS (*)	(54.653)	(37.034)
ISS	(47)	(331)
	<u>(356.295)</u>	<u>(329.862)</u>
<b>Receita líquida de serviços</b>	<b><u>3.279.420</u></b>	<b><u>3.172.744</u></b>

(\*) Lei 13.161/15 – Alteração das alíquotas incidentes na Desoneração da Folha de Pagamento – Em edição extra do Diário Oficial da União de 31/08/2015, divulgada em 01/09/2015, foi publicada a Lei nº 13.161/15

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

a qual, dentre outros assuntos, implementou alterações na legislação da desoneração da folha de pagamento (CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta). A partir de 1º de dezembro de 2015 a alíquota da Contribuição Previdenciária calculada sobre a Receita Bruta passou de 1,0% para 1,5%.

**27. Despesas por natureza**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Combustíveis/lubrificantes	(537.081)	(533.027)
Depreciação/amortização	(559.765)	(515.408)
Mão-de-obra e encargos sociais	(382.917)	(387.122)
Custo da concessão/arrendamento	(299.209)	(272.950)
Serviços de terceiros	(218.619)	(186.874)
Insumos/outros materiais	(144.104)	(136.774)
Benefícios a empregados	(103.901)	(94.191)
Crédito presumido ICMS MG	65.300	73.359
Outros gastos com pessoal	(60.404)	(64.033)
Partilhas de fretes	(79.289)	(68.330)
(Provisão) Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<b>7 e 9</b> 49.085	-
Custos acessórios de transporte	(31.194)	(31.886)
Aluguel veículos e equipamentos operacionais	(13.087)	(15.991)
Despesas com seguro	(11.471)	(11.910)
Honorários da administração	(3.529)	(3.617)
Outros	(55.247)	(63.129)
	<b>(2.385.432)</b>	<b>(2.311.883)</b>
Custo dos serviços prestados	(2.208.786)	(2.095.614)
Receitas (Despesas) com vendas (*)	37.977	(10.322)
Despesas gerais e administrativas	(214.623)	(205.947)
	<b>(2.385.432)</b>	<b>(2.311.883)</b>

(\*) O saldo positivo em 2016 refere-se à reversão da PECLD constituída em 2014 conforme descrito na Nota 7. (b) no valor de R\$51.793 que superou as despesas com vendas correntes do ano no valor de R\$13.816.



## MRS Logística S.A.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2016**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

### 28. Outras receitas e outras despesas operacionais

		2016	2015
<u>Outras receitas operacionais</u>			
Receitas alternativas	(a)	40.224	40.345
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)		20.733	24.598
Multas contratuais	8. (a)	196.212	61.847
Seguros		1.220	318
Prestação de serviços a terceiros		2.602	5.007
Receita na venda de imobilizado	8. (f)	29.537	53
Reversão de provisão para perda de ativos circulantes		-	2.320
Reversão de provisão para perda de ativos não circulantes		-	443
Reversão provisão para doação de ativos	14	12.852	-
Ressarcimento de gastos com acidentes		-	9.407
Outras receitas		4.246	6.578
		<b>307.626</b>	<b>150.916</b>
<u>Outras despesas operacionais</u>			
Provisão para perda de créditos de ICMS	(b)	(4.066)	(21.460)
Provisão para perda de ativos circulantes	10. (c)	(1.056)	-
Provisão para perda de ativos não circulantes		(5.424)	(440)
Provisão para doação de ativos		-	(16.875)
Provisões para contingências	23.1	(22.384)	(118.330)
Outras provisões passivas		1.766	1.991
Perda tributos		(46.347)	(39.425)
Impostos sobre vendas e outras receitas		(27.305)	(14.764)
Demais despesas tributárias		(13.402)	(15.408)
Execuções por perdas processuais		(54.579)	(22.094)
Custo das receitas alternativas		(5.318)	(6.485)
Convênio com municípios		(6.068)	(5.431)
Custo na venda de materiais (sucata/excesso estoque)		(3.572)	(753)
Custo prestação de serviços a terceiros		(838)	(3.009)
Doações	14	(12.866)	(1.036)
Baixa de ativo imobilizado	14	(21.265)	(8.135)
Ajuste/baixa de estoque		(8.034)	486
Despesas patrocínio (Lei Rouanet/FIA/Esporte)		(6.962)	(3.055)
Projeto empresa cidadã		(3.289)	(2.174)
Indenizações ao Poder Concedente		(2.213)	(18.016)
Títulos não recebidos	(c)	(42.530)	-
Outras despesas		(5.415)	(16.636)
		<b>(291.167)</b>	<b>(311.049)</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais líquidas</b>		<b>16.459</b>	<b>(160.133)</b>

(a) Receitas alternativas: por determinação da ANTT, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte de Cargas, as receitas provenientes de projetos associados à prestação do



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

serviço público concedido e que não se enquadram nas atividades de exploração do transporte ferroviário são classificadas como receitas alternativas.

(b) O valor de R\$4.065 refere-se ao incremento de provisão para perda de créditos de ICMS (vide Nota 11).

(c) Do valor de R\$42.530, R\$42.409 refere-se a baixa de títulos não recebidos decorrente de acordo no processo de recuperação judicial descrito na Nota 7.(b).

**29. Receitas e despesas financeiras**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<u>Receitas financeiras</u>		
Variação cambial e monetária	241.121	109.940
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	-	260.006
Ajuste de marcação a mercado - <i>hedge accounting</i>	721	-
Rendimentos s/ aplicações financeiras	62.347	84.172
Juros	5.822	5.697
Ajuste a valor presente de contas a receber	23.221	-
Outras receitas financeiras	9.967	1.816
	<b>343.199</b>	<b>461.631</b>
 <u>Despesas financeiras</u>		
Variação cambial e monetária	(184.672)	(390.007)
Juros	(223.791)	(240.179)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	(143.768)	(71.396)
Outras despesas financeiras	(40.268)	(9.039)
	<b>(592.499)</b>	<b>(710.621)</b>
 Resultado financeiro líquido	<b>(249.300)</b>	<b>(248.990)</b>

**30. Informações por segmento**

Em função de prestar unicamente serviços de transporte de carga na malha sudeste, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

A Companhia possui certo grau de dependência de seus principais clientes, composta especialmente por seus acionistas. A receita por cliente está assim representada:

## MRS Logística S.A.



### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

<b>Principais Clientes</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Vale S.A.	1.682.315	1.607.675
Companhia Siderúrgica Nacional	243.070	673.489
Mineração Usiminas S.A.	16.971	104.031
CSN Mineração S.A.	639.063	39.174
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	114.231	117.858
Gerdaul Açominas S.A.	106.635	81.203
Nacional Minérios S.A.	-	98.814
Ferrovia Centro Atlântica	36.763	31.725
Gerdaul Aços Longos S.A.	8.247	18.194
CSN Cimentos S.A.	-	10.639
Gerdaul S.A.	1.230	4.065
VLI Multimodal	772	1.543
Confab Industrial S.A.	110	679
Companhia Metalúrgica Prada	15	247
Outros	786.293	713.270
	<b>3.635.715</b>	<b>3.502.606</b>

A Companhia não presta serviços para clientes no mercado externo por possuir área de atuação delimitada à malha sudeste, conforme estabelecido no contrato de concessão.

### 31. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

<b>Cobertura</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Vencimento</b>	<b>LMI</b>	<b>Franquia</b>
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	31 de março de 2018	203.378	9.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de fevereiro de 2017	30.000	1.000
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de julho de 2017	45.000	200

#### Observações:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.



**32. Eventos subsequentes**

**Reunião do Conselho de Administração**

De acordo com a lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. A Companhia atingiu esse limite em 31 de dezembro de 2016 e em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 08 de março de 2017, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$109.606 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.

\*\*\*\*

## **MRS Logística S.A.**



**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2016**  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

### **Administração: Conselheiros e Diretores**

#### **Conselho de Administração**

Humberto Ramos de Freitas  
Presidente

Alejandro Daniel Laiño  
Daniel dos Santos Junior  
Fabio Costa Brasileiro da Silva  
Fernando Pessanha Santos  
Guilherme Delgado de Oliveira  
Luis Fernando Barbosa Martinez  
Patrícia Silva Rodrigues Schell  
Rosana Passos de Pádua  
Wilfred Theodoor Bruijn

#### **Membros da Diretoria Executiva**

Guilherme Segalla de Mello  
Diretor Presidente, Comercial e de Operações

Alexandre Claro Fleischhauer  
Diretor de Engenharia e de Manutenção

Félix Lopez Cid  
Diretor de Recursos Humanos

Fabírcia Gomes de Souza  
Diretora de Finanças e de Desenvolvimento

#### **Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva**

Daniel Dias Olivio  
Henrique Rocha Martins  
Luiz Gustavo Bambini de Assis